PREFEITURA MUNICIPAL DE URUÇUÍ
CNPJ/MF: 06.985.832/0001-90
Rua São João, S/N - Aeroporto - Uruçuí-PI

PREFEITURA DE URUÇUÍ
O TRABALHO VAI CONTINUAR

ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2024 SRP – PROCESSO DE ADMINISTRATIVO Nº 1342/2024 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZILÂNDIA/PI, CNPJ nº 06.554.190/0001-75.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7919/2024 - PREFEITURA DE URUÇUÍ/PI.

CONTRATO Nº 826 **/ 2024.**

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE URUÇUÍ/PI, COM A EMPRESA A B C COUTO JUNIOR COMERCIO – ME, PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA:

O **MUNICÍPIO DE URUÇUÍ, ESTADO DO PIAUÍ**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 06.985.832/0001-90, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. FRANCISCO WAGNER PIRES COELHO, brasileiro, casado, médico, doravante designado CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa **A B C COUTO JUNIOR COMERCIO – ME, CNPJ nº 43.633.808/0001-19**, com sede na Rod. BR – 226, 1403, CEP: 65.633-060, cidade de TIMON, Estado do Maranhão, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado por ANTONIO CASTELO BRANCO COUTO JUNIOR, brasileiro, solteiro, empresário, portador da CIN/CPF: nº 634.115.203-53, residente e domiciliada na cidade de Timon - MA, na Av. Br 226 KM 01 Nº 1403 Sala 01 Bairro Parque Alvorada, Timon - MA, CEP: 65633-060, resolvem celebrar o presente Contrato, com fulcro na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, e de acordo com o que consta no Procedimento PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2024, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresas para aquisição de BRINQUEDOS destinados a atender as necessidades da Rede Municipal de Ensino de Uruçuí-PI, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	V. UNIT.	V. TOTAL
1	ABACO ABERTO 50 ARGOLAS DE PLASTICO - PVC	50	UNID.	63,50	3.175,00
2	ABACO ALUNO 40 ARGOLAS DE PLASTICO - PVC	25	UNID.	50,25	1.256,25
3	ALF MOV DEGRAU - MDF - 130 PC - PVC ENC.	25	UNID.	182,00	4.550,00
4	ALFABETO BIMOVEL - MDF - 128 PCS - CX. MADEIRA	25	UNID.	114,50	2.862,50
5	ALINHAVOS NUMERAIS - MDF - 10 PC E 10 CAD.- CX. PAPEL	25	UNID.	92,60	2.315,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUÇUÍ - PI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
FOLHAS: 625-C
RUBRICA:

6	ARAMADO CASINHA - CX. PAPEL	10	UNID.	554,00	5.540,00
7	ARAMADO MONTANHA-RUSSA - 14 PECAS - CX. PAPEL	25	UNID.	254,40	6.360,00
8	BALANCO DE CORRENTE 2 LUGARES	5	UNID.	1.890,00	9.450,00
9	BALANCO DE CORRENTE 3 LUGARES	5	UNID.	2.290,00	11.450,00
10	BALANCO DE CORRENTE 4 LUGARES	5	UNID.	3.635,00	18.175,00
11	BALANCO DUPLO MAMÃE/BEBE	5	UNID.	2.427,25	12.136,25
12	BALDINHO DE PRAIA 12X14CM	500	UNID.	9,90	4.950,00
13	BAMBOLE 75CM	1500	UNID.	8,50	12.750,00
15	BANCO DE JARDIM	5	UNID.	829,00	4.145,00
17	BLOCOS DE MONTAR C/ 78 PEÇAS	1000	UNID.	25,20	25.200,00
18	BLOCOS LOGICOS - MDF - 48 PC - CX. MAD	25	UNID.	115,80	2.895,00
19	BOLA DE FUTEBOL 68cm: Material: PVC.	1000	UNID.	31,40	31.400,00
20	BOLA DE FUTEBOL Nº8 EM VINIL	1000	UNID.	24,40	24.400,00
21	BOLA DE VOLEIBOL Nº 8 EM VINIL	500	UNID.	25,30	12.650,00
22	BONECA 30CM: POLIPROPILENO, POLIETILENO VINIL, ROUPA EM TECIDO.	1000	UNID.	33,60	33.600,00
23	BRINCANDO DE ENGENHEIRO 42 PEÇAS	250	UNID.	16,25	4.062,50
24	CADEIRA DE BALANCO 2 LUGARES	5	UNID.	2.520,00	12.600,00
25	CAIXA TATIL - 16 PECAS - PVC ENC.	25	UNID.	89,10	2.227,50
26	CAIXAS COLORIDAS - MDF - 5 PC - PVC ENC	25	UNID.	59,00	1.475,00
27	CAMINHÃO CAÇAMBA: Dimensões aproximadas: 14x35cm.	1000	UNID.	18,50	18.500,00
28	CAVALO MARINHO DE MOLA	5	UNID.	3.890,00	19.450,00
29	CENTOPEIA 4M EM BAGUM	5	UNID.	817,00	4.085,00
30	CUBO MÁGICO COLORIDO: Dimensões aproximadas: 6,5x6,5cm.	1000	UNID.	15,30	15.300,00

31	DOMINO ADICAO - MDF - 28 PC - CX. MAD	50	UNID.	38,80	1.940,00
32	DOMINO DIVISAO SILABICA - MDF - 28 PC - CX. MAD.	50	UNID.	39,50	1.975,00
33	ESCORREGADOR DE FERRO 2 METROS	5	UNID.	1.705,00	8.525,00
34	ESCORREGADOR DE FERRO 3 METROS	5	UNID.	2.435,00	12.175,00
35	ESCORREGADOR ROTOMOLDADO GRANDE	5	UNID.	5.301,00	26.505,00
36	FANTOCHES FAMILIA BRANCA - FELTRO - 7 PERS. - EMB. PLAST.	25	UNID.	305,80	7.645,00
37	GAIOLA LABIRINTO 1,50 X 1,50	5	UNID.	2.757,00	13.785,00
38	GAIOLA LABIRINTO 2,00 X 2,00	5	UNID.	3.450,00	17.250,00
39	GANGORRA 1 PRANCHA 2 LUGARES	5	UNID.	1.090,00	5.450,00
40	GANGORRA 2 PRANCHAS 4 LUGARES ROTOMOLDADO	5	UNID.	1.864,00	9.320,00
41	GANGORRA 3 PRANCHAS 6 LUGARES ROTOMOLDADO	2	UNID.	2.690,00	5.380,00
42	GANGORRA 3 PRANCHAS 6 LUGARES ROTOMOLDADO	2	UNID.	2.690,00	5.380,00
43	GANGORRA 4 PRANCHAS 8 LUGARES ROTOMOLDADO	5	UNID.	3.465,00	17.325,00
44	GIRA GIRA CADEIRINHA DE 4 LUGARES	5	UNID.	2.721,00	13.605,00
45	GIRA GIRA CADEIRINHA DE 6 LUGARES	5	UNID.	3.030,00	15.150,00
46	GIRA GIRA CARROSSEL DE 8 LUGARES	5	UNID.	1.704,00	8.520,00
47	GIRA GIRA MEIO GLOBO	5	UNID.	3.756,00	18.780,00
48	JOGO DE CARTAS 110 CARTAS COLORIDAS: Dimensões 20 x 16,5 x 17 cm.	1500	UNID.	23,15	34.725,00
49	JOGO DE TABULEIRO 32X32CM	500	UNID.	19,55	9.775,00
50	JOGO DE TABULEIRO FAZENDO MÍMICA: Contendo: 01 Tabuleiro; 01 baralho; 04 peões; 01 dado.	1000	UNID.	28,35	28.350,00
51	JOGO PALAVRAS CRUZADAS 44,5X32,5X6CM	250	UNID.	24,55	6.137,50

52	JOGO PEDRA, PAPEL E TESOURA 13X9X2CM	100	UNID.	53,20	5.320,00
53	JOGO PEGA VARETAS C/ 31 VARETAS (4,5X4,5X20CM)	500	UNID.	24,10	12.050,00
54	KIT GOURMET E CIA: Dimensões aproximadas: 20 x 20 x 6cm.	1000	UNID.	21,00	21.000,00
56	MUSICALIZACAO - CHOCALHO DE GUIZOS -1 PAR -MAD.- EMB. PLAST	10	UNID.	61,50	615,00
57	PAINEIS PSICOMOTORES KIT COM 4 UNIDADES - MDF - PVC ENC.	10	UNID.	313,50	3.135,00
58	PAINEL DE ATIVIDADES PSICOMOTORAS	25	UNID.	3.349,00	83.725,00
59	PALAVRAS CRUZADAS - MDF - 72 PC - CX. MAD.	25	UNID.	66,15	1.653,75
60	PASSA FORMAS GEOMETRICAS - MDF - 8 PC - CX. MAD	50	UNID.	108,95	5.447,50
62	PEGA VARETAS C/ NO MINIMO 31 VARETAS: Dimensões aproximadas: 4,5 x 4,5 x 20cm	500	UNID.	12,60	6.300,00
63	PINOS DE ENCAIXE - MDF - 20 PC - PVC ENC.	25	UNID.	51,50	1.287,50
64	PLAY HEXAGONAL	5	UNID.	3.318,00	16.590,00
65	PLAYGROUND MULTICOLORIDO 1 TORRE	1	UNID.	12.400,00	12.400,00
66	PLAYGROUND MULTICOLORIDO 2 TORRES	1	UNID.	25.200,00	25.200,00
67	PLAYGROUND MULTICOLORIDO 3 TORRES	1	UNID.	44.895,00	44.895,00
68	PLAYGROUND MULTICOLORIDO 4 TORRES	1	UNID.	60.750,00	60.750,00
69	PLAYGROUND MULTICOLORIDO 5 TORRES	1	UNID.	90.220,00	90.220,00
70	PLAYGROUND MULTICOLORIDO 6 TORRES	1	UNID.	92.990,00	92.990,00
71	PLAYGROUND MULTICOLORIDO 7 TORRES	1	UNID.	121.660,00	121.660,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUÇUI - PI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
FOLHAS: 628
RUBRICA

72	PRANCHA DE SELECAO PEQUENA - MDF - 16 PC - PVC ENC.	25	UNID.	91,20	2.280,00
73	PULA CORDA 2,50 MT.	750	UNID.	12,25	9.187,50
74	SEQ UNID 45 ARGOLAS DE MDF - PVC ENC	25	UNID.	79,25	1.981,25
75	TAPETE ALFANUMERICO PEQUENO - EVA - 36 PC - EMB. C/ ZIPER	25	UNID.	92,75	2.318,75
76	TATAME 0,50X0,50X10MM	100	UNID.	14,90	1.490,00
77	TATAME 1,00X1,00X20MM	100	UNID.	83,15	8.315,00
78	TATAME 1,00X1,00X40MM	100	UNID.	152,50	15.250,00
79	TELA 20X40CM - KIT COM 6 UNIDADES	50	KIT	184,20	9.210,00
80	TORRE INTELIGENTE - MAD. - 63 PC - CX. MAD	25	UNID.	113,75	2.843,75
VALOR TOTAL GERAL:					**1.232.772,50**

1.2. O fornecimento do objeto deste Contrato, obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato:

1.2.1. Proposta da CONTRATADA do Pregão Eletrônico Nº. 017/2024;

1.2.2. Edital de Pregão Eletrônico Nº. 017/2024 e seus anexos;

1.2.3. Termo de Referência.

1.3. Os documentos referidos na presente Cláusula são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua intenção e, desta forma, reger sua execução dentro do mais alto padrão da técnica atual.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. Os valores unitários referentes ao fornecimento dos bens serão os estipulados na proposta apresentada pela **CONTRATADA**, acostada ao Procedimento Administrativo PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2024.

2.2. Nos preços acima estipulados estão inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3. Os preços ajustados não sofrerão reajuste, salvo nas situações e formas previstas neste instrumento.

2.4. O valor global do presente contrato é de **R$ 1.232.772,50 (um milhão, duzentos e trinta e dois mil, setecentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação, fiscalização e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

5.1. O prazo de vigência da contratação é de **até 31 de dezembro se 2024**, contados do (a) data da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

5.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

5.2. O contrato deverá ser executado de acordo com os prazos consignados no Termo de Referência.

5.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de URUÇUÍ/PI deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

12 361 0025 2205 0000 - Ações de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

6.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUÇUI - PI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
FOLHAS: 630 - 2
RUBRICA:

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.2. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.3. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto deste contrato, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

7.4. Aplicar à contratada as sanções previstas em lei e no contrato, quando for o caso;

7.5. Fornecer à contratada todas as informações relacionadas com o objeto do presente contrato;

7.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos, efetuando a retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

7.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.8. Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;

7.9. Cientificar o órgão de representação judicial do Município de Uruçuí - PI para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.10. Exigir a apresentação de notas fiscais com as requisições fornecidas, recibos, atestados, declarações e outros documentos que comprovem as operações realizadas, o cumprimento de pedidos, o atendimento de providências, o compromisso de qualidade, etc, bem como fornecer à Detentora da Ata/Contratada recibos, atestados, vistos, declarações e autorizações de compromissos que exijam essas comprovações;

7.11. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no termo de referência e seus anexos; 7.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por

qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

7.13. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.13.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

7.14. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

7.15. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, em havendo garantia contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações deste Termo de Referência, edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

8.2. Atender as requisições do **CONTRATANTE**, executando o objeto na forma estipulada neste Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, principalmente quanto ao prazo de entrega;

8.3. Executar o objeto contratado no local e forma indicada pela **CONTRATANTE**, obedecendo aos prazos estipulados.

8.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.5. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.6. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia e expressa anuência do **CONTRATANTE**;

8.7. Credenciar junto ao **CONTRATANTE** um representante e número de telefone e e-mail para prestar esclarecimentos e atender as solicitações, bem como reclamações que porventura surgirem durante a execução contratual;

8.8. Indicar, a pedido do **CONTRATANTE**, telefones para contato fora dos horários normais de atendimento, inclusive finais de semana e feriados, para os casos excepcionais que porventura venham a ocorrer;

8.9. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

8.11. Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
8.12. Cumprir impreterivelmente os prazos estipulados no contrato e Termo de Referência.

8.13. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

8.14. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.15. Apresentar a Contratante, a qualquer tempo, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução do Contrato;

8.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

8.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

8.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores

futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos serviços arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

8.21. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com as disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.22. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios dos, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.23. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

8.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

8.25. Observar, na emissão das notas fiscais para pagamento, as regras de retenção do Imposto de Renda, dispostas na Instrução Normativa nº RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, bem como, sob pena de não aceitação por parte do Contratante.

8.26. Cumprir com todas as demais obrigações contidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. Comete infração administrativa o contratado que cometer quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

11.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

11.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

11.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

11.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. O atraso injustificado no fornecimento do objeto sujeitará o fornecedor à multa de mora, que será aplicada considerando as seguintes proporções:

11.2.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços/obras, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

11.2.2. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder o subitem anterior, na entrega de material ou execução de serviços/obras, calculados desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional e a critério do órgão contratante, limitado à 20% (vinte por cento) do valor total da avença;

11.3. O fornecedor ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.3.1. Advertência, pela falta o subitem 18.1.1, quando não se justificar penalidade mais grave;

11.3.2. Multa Compensatória de:

a) de 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do item prejudicado, nos casos previstos nos subitens 11.1.1, 11.1.4 e 11.1.6;

b) de 10% (dez por cento) até 20% (quinze por cento) sobre o valor estimado do item prejudicado, nos casos previstos nos subitens 11.1.3, 11.1.5, 11.1.7;

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUÇUÍ - PI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
FOLHAS: 634-2
RUBRICA:

c) de 20% (vinte por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do item prejudicado, nos casos previstos nos subitens 11.1.2 e de 11.1.8 a 11.1.12;

11.3.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 deste edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

11.4. A sanção de multa moratória prevista pelo item 11.2 não impede a aplicação da multa compensatória prevista pelo item 11.3.2 deste edital.

11.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.7. A aplicação das sanções previstas neste edital, em hipótese alguma, atenua a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.8. Em qualquer caso de aplicação de sanção, será assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa do contratado/detentor da ata.

11.9. Na aplicação das penalidades previstas neste edital deverão ser observadas todas as normas contidas no Decreto Municipal nº 181/2023 e Lei Federal nº 14.133/2021.

11.10. A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial dos Municípios Tribunal de Contas Piauí - (TCE) e no caso de suspensão de licitar, o Licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das demais cominações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.2.1. Balanço dos serviços contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PRERROGATIVAS

13.1. A **CONTRATADA** reconhece os direitos do **CONTRATANTE** relativos ao presente Contrato e à rescisão administrativa de que trata o art. 104 da Lei nº. 14.133/2021, bem como as prerrogativas abaixo elencados:

13.1.1 modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

13.1.2 extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei;

13.1.3 fiscalizar sua execução;

13.1.4 aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

13.1.5 ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:

13.1.5.1 risco à prestação de serviços essenciais;

13.1.5.2 necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO

14.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência dos fatos estipulados no artigo 124, da Lei nº 14.133/21.

14.2. É admissível a alteração subjetiva do contrato proveniente da fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica:

14.2.1. Todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

14.2.2. Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;

14.2.3. Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado; e

14.2.4. Haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14.3. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

15.1. A **CONTRATADA** deverá observar para que durante toda a vigência do contrato, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, conforme a Lei n° 14.133/21 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS VEDAÇÕES

16.1. É vedado à Contratada:

16.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
16.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE

17.1. Caberá ao CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais aditivos, no **Portal Nacional de Contratações**, sítio oficial da internet e Diário Oficial dos Municípios e TCE/PI, observados os prazos previstos no art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. As despesas resultantes da publicação deste Contrato e de seus eventuais aditivos, correrão por conta do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

18.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

18.2. Sem prejuízo da aplicação das normas previstas pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

18.2.1. O dever de sigilo e confidencialidade permanecem em vigor mesmo após a extinção do vínculo existente entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, e entre esta e seus colaboradores, subcontratados, prestadores de serviço e consultores.

18.3. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, deterá acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação, os quais serão tratados conforme as disposições da Lei nº 13.709/2018.

18.4. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

18.5. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

18.5.1. A comunicação não exime a CONTRATADA das obrigações, sanções e responsabilidades que possam incidir em razão das situações violadoras acima indicadas.

18.6. O descumprimento de qualquer das cláusulas acima relacionadas ensejará, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa, na aplicação das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO

19.1. A execução do presente contrato e aos casos omissos aplicam-se as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações, bem como os Decretos

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUÇUI - PI
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
FOLHAS: 638-2
RUBRICA:

Federais e Municipais que a regulamentam, Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), lei nº 8.078/1990 e demais legislações aplicáveis ao caso.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. Fica eleito o foro da Comarca de Uruçuí - PI para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato. E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Uruçuí - PI, 06 de novembro de 2024.

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE URUÇUÍ-PI
FRANCISCO WAGNER PIRES COELHO
CIN/CPF: nº 050.071.433-91
PREFEITO DE URUÇUÍ/PI.

A C B COUTO JUNIOR COMERCIO:43633808000119

Assinado de forma digital por A C B COUTO JUNIOR COMERCIO:43633808000119
Dados: 2024.11.06 16:02:46 -03'00'

CONTRATADO
A B C COUTO JUNIOR COMERCIO – ME
CNPJ nº 43.633.808/0001-19
ANTONIO CASTELO BRANCO COUTO JUNIOR
CIN/CPF: nº 634.115.203-53

Testemunhas:

Nome: Maria de O. Silva
CIN/CPF: 073.672.265-33

Nome:
CIN/CPF: 628.233.963-49